



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - HIS

LUCCA HENRI PEREIRA DOS REIS VELOSO

**O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO HOMOSSEXUAL NA
COLÔMBIA À LUZ DO PERIÓDICO “LA VENTANA GAY”
(1980 - 1984)**

Brasília - DF

2023

LUCCA HENRI PEREIRA DOS REIS VELOSO

**O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO HOMOSSEXUAL NA COLÔMBIA À
LUZ DO PERIÓDICO “LA VENTANA GAY” (1980 - 1984)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

Brasília - DF

2023

Resumo: O movimento de libertação gay na Colômbia, datado do fim dos anos 70 e dos anos 80 em diante, convergindo com movimentações políticas latino-americanas e internacionais, demonstram a capacidade organizativa de grupos homossexuais, que foram histórica e socialmente relegados à clandestinidade e ao secretismo. Nesse cenário, os periódicos ganham força, tendo em vista o movimento de contestação de instituições, de comportamentos e da estrutura política. E, é a partir de uma ideia de afastamento do desejado e do sagrado, nesse caso, a heterossexualidade, que se constrói uma organização em torno de uma identidade fundamentalmente gay.

Palavras-chave: Ventana Gay; Libertação; Identidade.

Resumen: Los movimientos de liberación gay en Colombia, que datan de finales de los años setenta y ochenta en adelante, demuestran la capacidad organizativa de los grupos homosexuales, histórica y socialmente relegados a la clandestinidad y el secretismo. En este escenario, los periódicos ganan fuerza, ante el movimiento de contestación de las instituciones, los comportamientos y la estructura política. Y es a partir de una idea de alejamiento de lo deseado y lo sagrado, en este caso la heterosexualidad, que se construye una organización en torno a una identidad fundamentalmente gay.

Palabras clave: Ventana Gay; Liberación; Identidad

Introdução

A pesquisa desenvolvida nesse artigo delinea uma reflexão em torno da formação do Movimento de Libertação Gay na Colômbia na década de 1980, considerando seu campo de atuação, suas formas de expressão e sua heterogeneidade. A análise, é construída, portanto, no sentido de dar profundidade a temas que divergem de um imaginário coletivo atravessado pela culpa cristã e por preceitos próprios à cristandade, da mesma maneira que traz uma reflexão a respeito da conjuntura política que se estruturaram na formação de um movimento gay voltado às discussões próprias da América Latina. Nesse sentido, as relações políticas e os vínculos de poder internos às instâncias jurídicas e sociais, principalmente, àqueles tecidos a partir das heranças do colonialismo e das relações do capitalismo, atuam no sentido de marginalizar a população homossexual da Colômbia, bem como reprimir manifestações e expressões dissidentes daquelas construídas em torno de um ideal branco, heterossexual e cisgênero.

A constante violência física e simbólica que esses grupos estavam expostos na Colômbia, foram resultado da conservação do exercício de poder, somadas também ao pacto social de higienização das sexualidades não hegemônicas para construção de uma sociedade tradicionalista e guiada por preceitos específicos de dominação. O surgimento de organizações políticas e periódicos essencialmente gays, são postos nessa análise, no sentido de contestação da ordem vigente e da influência dos mecanismos de opressão nas identidades, nos desejos e na vida cotidiana. A revista *Ventana Gay* cumpre o papel de uma reflexão em torno de um “nós” “identitariamente” orientado, e que reflete temas em torno da descriminalização homossexual e da naturalização de sexualidades dissidentes.

As principais fontes analisadas durante o desenvolvimento dessa pesquisa, convergem em demonstrar a construção e articulação do Movimento de Libertação Homossexual na Colômbia, inseridos em um contexto de movimentos sociais e contraculturais internacionais próprios dos anos 60, mas, apesar disso, demonstrar também o caráter singular dessas movimentações latino-americanas, não reduzindo-as à simples emulações das manifestações de Stonewall ou da Europa. “Nesse sentido, a visão integral dos movimentos propõe uma nova periodização que desloca as temporalidades marcadas pelas historiografias nacionais e o anglo-saxãs, para propor uma leitura que relativize Stonewall como dobradiça na história global desses movimentos” (CARO; SIMONETTO, 2019, p.66). Dessa forma, há um esforço de reconhecer as discussões sobre gênero e sexualidade inseridas em uma conformação própria à América-latina e à suas particularidades.

A questão Homossexual na Colômbia e a política de controle das sexualidades não-hegemônicas na América Latina

A movimentação organizada em torno de um movimento Gay na Colômbia e em outros países latino-americanos encontrou fundamentos numa experiência radical própria da década de 1970, segundo Felipe Cesar Camilo Caro, aqueles dias 28 e 29 de junho de 1969, em que a polícia enfrentou uma multidão de homossexuais, lésbicas e transexuais em Stonewall ¹, influenciaram a conformação da ação coletiva dos movimentos sociais baseados na identidade sexual e como estes pensavam suas possibilidades de ação (CARO, 2020, p. 204). As análises direcionadas a compreender os fenômenos políticos próprios da América Latina destacaram a existência de uma política organizada em torno dos interesses de grupos homossexuais latino-americanos pré-Stonewall, o que questiona uma historiografia direcionada a apresentar esses movimentos como emanções de movimentações de ativistas anglo-saxônicos ² (CARO; SIMONETTO, 2019).

Isto posto, segundo as análises de Prado (2012 apud BAUTISTA, 2019, p. 90), podem ser estabelecidos três períodos gerais de leitura sobre a constituição dos movimentos LGBT no Ocidente: o primeiro período corresponde aos “embriões do movimento LGBT”: meados do século XVIII e XIX até o século XX. Neste momento, nos países europeus, houve em certa medida, uma discussão em torno da homossexualidade em um contexto de resistências, levando em conta a atuação de alguns grupos que manifestavam-se contra as instituições que puniam e recriminavam comportamentos não-heterossexuais, criticando a cultura hegemônica em torno dos valores sexuais através da produção literária, da publicação de livros e de manifestos (BAUTISTA, 2019).

Nessa perspectiva, o segundo período, diz respeito ao desdobramento de um “Movimento Homófilo”, iniciado na década de 1940, entre a Segunda Guerra Mundial e 1969, antes do episódio de Stonewall. O uso dessa denominação, ao invés de homossexual, parte de um esforço de enfatizar o amor entre pessoas do mesmo sexo e não necessariamente focar em comportamentos sexuais. “Neste momento, o movimento de libertação lésbica e gay parecem estar melhor organizados

¹ Em 27 de Junho de 1969, teve início a violenta resistência de um grupo de gays de Nova Iorque durante a invasão da polícia a um bar localizado em “Greenwich Vile”. Essa ação duraria 3 dias e se constituiria como mito da origem do movimento homossexual internacional (FIGARI, 2010).

² Sobre a influência dos movimentos dos anos sessenta nos Estados Unidos, cabe destacar que contracultura teve como eixo principal a luta pelos direitos civis e pela expansão dos direitos para as minorias. Da recusa da cultura dominante e da crítica ao establishment ou “sistema”, surgiram diferentes significados no que se refere ao modo de pensar, de encarar o mundo e nas relações, ou seja, no modo de se pensar atuação política (PAES, 1997, p. 22 apud GUIMARÃES, 2012).

‘ideologicamente’, mas ainda funcionando entre a militância e a libertação” (BAUTISTA, 2019, p. 91). O terceiro período, denominado como “Gay Liberation” ou libertação gay, aponta que “as transformações que já ocorriam, se juntaram aos objetivos do movimento gay emergente, produzido com a mudança dos valores básicos da sociedade, e promovidas pelos movimentos de contracultura” (PRADO, 2012 apud BAUTISTA, 2019, p. 92).

As convulsões políticas, culturais e sociais dos anos 60 e 70 transformou profundamente a política nos centros urbanos do ocidente global. Com a agudização da Guerra fria, a convergência entre a crise de esquerda tradicional, liderada pelos partidos comunistas, resultado principalmente de dissidências entre os partidos e os movimentos políticos, somados ainda ao reconhecimento de outros atores políticos, fomentaram diferentes epifenômenos que marcaram uma mudança política na cultura das esquerdas latino-americanas, com a gestação de grupos com novos imaginários em torno de uma revolução social (CARO; SIMONETTO, 2019). Nesse sentido, como forma de exemplificação, na Argentina, em 1969, o Cordobazo conjunto de mobilizações que reunia trabalhadores, estudantes e setores populares, que minaram a legitimidade do regime militar, tornou visível um novo cenário de conflito social e radicalismo político na Argentina. No México a organização de homossexuais encontrou pontos que convergiam com as demandas estudantis de 1968. Na Venezuela a construção de um projeto político de libertação homossexual veio de mãos dadas com o “boom” do petróleo da década de 1970. No Chile a participação política de homossexuais foi criada no calor da vitória de Salvador Allende, que marcou um período de conflito social e polarização política nesse país. Por sua vez, na Colômbia, o movimento de Libertação Homossexual surgiu por iniciativa de León Zuleta, que tinha larga experiência organizacional no Partido Comunista Colombiano e com forte influência da Frente Francesa Homossexual Revolucionária (FHAR) (CARO; SIMONETTO, 2019).

A contemplação de uma hibridização dialética em torno das tendências locais em paralelo às internacionais, utilizando o exemplo de Stonewall, realocam o episódio no imaginário coletivo não tratando necessariamente como ponto fundador de um movimento de libertação, mas um evento que amplia os horizontes de expectativas para uma revolução social e sexual internacional (CARO; SIMONETTO, 2019). Dessa forma, os modelos europeus, não só da Espanha e de Portugal, mas também alemão, inglês e francês, na tentativa de um “sincronismo histórico-jurídico” dos discursos da moralidade e da lei (BLANCO, 2013), tornam-se fontes de inspiração para o controle social dos corpos, da saúde, da higienização e da ocupação dos espaços, combinando-se perfeitamente com os princípios morais, principalmente àqueles pautados em um ideal essencialmente cristão (apud

BAUTISTA, 2019). Analisar os movimentos de dissidentes sexuais na América Latina, tomando como base principalmente o Movimento de Libertação Homossexual da Colômbia, é necessariamente analisar as interpretações radicais de sexualidades dissidentes e seus modos de fazer política no sul da América, a fim de se compreender também as especificidades da atividade política, que foram definidas com o horizonte da libertação da sexualidade, entendida nesse momento como uma entidade ontológica (CARO; SIMONETTO, 2019).

Os movimentos de libertação homossexual ou de libertação gay podem ser entendidos como parte dos movimentos sociais e contraculturais dos anos 60 e representavam um momento diferente dos movimentos homossexuais da década anterior, que se baseavam principalmente na busca por tolerância social (SEIDMAN, 1997 apud AMAYA, 2012). Pode-se destacar que, para o final do século XIX, conforme afirma Foucault (1999, "começa o auge de uma problematização e uma 'análise científica' com relação ao homoerotismo, carregado de um ar de culpa, vergonha e maldição" (apud BAUTISTA, 2019, p.65). A continuidade de uma moral cristã, que valorizava de forma positiva as práticas heterossexuais e a união conjugal, em detrimento das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, subsistiram em outras formas, diluídos na ideia de uma hierarquização dos pecados contra o corpo, contra Deus, a vida, as coisas e as palavras. O corpo se toma como templo de Deus, portanto, os pecados contra o corpo, seriam pecados contra Deus (BAUTISTA, 2019).

Esse discurso, perpassado por um proibicionismo baseado na religião e uma culpabilização homossexual, é reforçado por uma ideia de naturalidade em benefício da ordem social. "A homossexualidade, nesse sentido, como forma paradigmática do ato estéril por essência, constituirá, daí em diante, a configuração mais acabada do pecado contra a natureza" (BORRILLO, 2016, p. 44, apud BAUTISTA, 2019, p. 68 e 69). O deslocamento para o que Foucault (1999) chama de "ética da carne cristã" transforma as relações sociais e políticas em torno disso, evidenciando, sobretudo, uma hostilidade da lei judaica acentuada pelo cristianismo em que, àqueles que incorrerem à prática homossexual, ficariam de fora da salvação e até mesmo fora da natureza, o que necessariamente colabora para a construção de uma desumanização, aberração moral, psíquica e cívica desses grupos frente a um máquina estatal forjada por uma fixação pela ideia do divino e pela conservação dos instrumentos tradicionais e excludentes de toda a expressão dissidente (*ibidem*, 2019).

A homossexualidade, enquanto constituinte social é sustentada por princípios de passividade dispostos por preceitos da moralidade cristã. Ainda segundo Foucault: "categorias como sexualidade e homossexualidade, estão amplamente carregadas de valor e de princípios éticos. Ao mesmo tempo

que serviam às diretrizes moralizadoras dos puritanos, que castigavam a sodomia, e serviam também como pressuposto para a defesa de atos de procriação adequados” (FOUCAULT, 1999 apud BAUTISTA, 2019, p. 62).

A heterossexualidade, nesse sentido, pode ser lida como dispositivo disciplinar que mantém e reproduz uma ordem hierárquica, social, econômica e até política. Remonta, ainda, ideais adjacentes ao capitalismo e à dominação de classe, que segundo Òscar Guasch (2007) é resultado de condições sociais determinadas em um momento específico, que para além de um modo de amar, tornou-se um estilo de vida hegemônico. Na crítica dessa perspectiva “tradicionalista”, Guasch referiu-se à heterossexualidade como um mito, um relato, uma história quase que sagrada e que se ajusta a certas funções sociais do mito: explicar o mundo, nesse caso, o mundo do desejo, dos afetos e conseqüentemente o mundo social dos homens. A heterossexualidade, portanto, é um mito, uma invenção, um produto histórico e social, resultado de uma época e de condições sociais pré-determinadas³ (GUASCH, 2007).

A ideia moderna dos modos de sexualidade, construídos historicamente, já estavam em formação desde 1860 e é nessa mesma disposição de anormalidade, que se associou a homossexualidade ao feminino, enquanto ideia social (*ibidem*, 2019). A figura do feminino, a medida que foi influenciada pelas transformações dadas, principalmente com a cristandade, possibilitou um movimento de aproximar o gênero feminino a uma carga negativa, com pouco prestígio social e político. A homossexualidade enquanto desvio da sacralidade heterossexual hegemônica e socialmente posta no tocante da feminilidade, fortalece a ideia de degenerescência e perversão, que necessariamente atravessa ideias em torno de uma heterossexualidade compulsória (*ibidem*, 2019). O sistema social hierárquico, portanto, colocou as mulheres, expressões de emoção, em um lugar inferior na escala social moderna e civilizada, ao mesmo tempo que manteve também, o homossexual “desviante”⁴, àquele que não preserva o cânone da boa imagem, em uma posição de necessidade de se realizar uma castração social, moldando-os às instâncias sociais hegemônicas próprias da heterossexualidade (*ibidem*, 2019).

Nessas relações, as práticas sociais e sexuais foram fundamentadas em processos hierárquicos em que as homossexualidades ocupariam um nível inferior na escala social, que

³ Guasch ainda associa a heterossexualidade ao modelo de produção capitalista, já que segundo ele, “a heterossexualidade nasce associada ao trabalho assalariado e a sociedade industrial. Se trata de produzir filhos que produzam filhos. Filhos para as fábricas, para o exército, para as colônias”. Ou seja, garantiria a estabilidade da ordem social (GUASCH, 2007).

⁴ Segundo Guasch (2017), “desviante” é um termo neutro. São desviantes todos aqueles que se desviam de uma norma. Mesmo quando as normas são injustas, nesse caso: a norma da heterossexualidade.

culminou, portanto, em processos de subjetivação, ou um tipo de “subcidadania”, com menos direitos públicos para determinados grupos sociais (PRADO, 2012, apud BAUTISTA, 2019). É nessa perspectiva, de desatenção e marginalização desses grupos que Felipe Cesar Camilo Caro, destaca que a prática homossexual estaria socialmente condenada a desenvolver-se apenas nos lugares designados para esse fim: o “Gueto Gay”. Esses espaços, para além de uma ótica de um exercício livre e permissivo das sexualidades desviantes, funcionavam também como espaços de ajuda mútua, acolhimento de narrativas e pluralidades do “ser” (CARO, 2020).

A conformação desses espaços de sociabilidade gay diziam respeito a um movimento anterior, considerando que, desde a década de 1950, é possível visualizar importantes experiências de socialização gay e lésbica nas principais cidades latino-americanas: os clubes e turmas dos jornais cariocas, os grupos lésbicos das cervejarias ou as “Fiesteras” em Buenos Aires e as associações dos “Felipitos” em Bogotá, na Colômbia (FIGARI, 2010).

Tangenciando esse mesmo discurso: a marginalização social sofrida pelos grupos sexualmente dissidentes, encontrou bases também no meio médico e jurídico. Nessa perspectiva, mais especificamente a respeito do século XVIII até XIX, “a separação da medicina geral do corpo e a medicina do sexo, formavam uma instituição médica que exigia do sexo a ‘normalidade’, alimentando uma distinção biológica dos gêneros que relacionava o homoerotismo ao negativo feminino, e reforçava, assim, a negativização das práticas passivas e efeminadas” (FOUCAULT, 1999, BAUTISTA, 2019, p. 69). O campo do exercício privado das sexualidades tornou-se uma questão leiga e um negócio próprio do Estado, e ascendeu, desta forma, uma constante vigilância dos indivíduos, que se dava através da pedagogia e da medicina sob a égide de discursos moralizantes (*ibidem*, 1999 apud BAUTISTA, 2019).

Nas décadas de 1940 a 1960, em um contexto internacional, houve um movimento político comum de restabelecer discursos tradicionalistas na conformação social, corroborando a ideia de um sincronismo histórico-jurídico, e por isso, a “homossexualidade”, assim como outras práticas, voltariam a ser punidas e determinadas como crime (BAUTISTA, 2019). Orientado à uma perspectiva geograficamente delimitada à Colômbia, com base na análise de Caro (2020), é importante destacar que, embora alguns historiadores tenham sugerido que desde o final do século XIX havia uma definição de crime, em 1977, na Colômbia, ainda vigorava o Código Penal de 1936, cujo capítulo quarto “Sobre abusos desonestos” pontuava que:

Artigo 323.- Quem praticar ato erótico-sexual no corpo de pessoa maior de dezesseis anos, que não seja o acesso carnal, utilizando qualquer dos meios previstos nos artigos 317 e 320, incorrerá na pena de seis meses a dois anos de prisão. A mesma penalidade seria incorrida

por aqueles que praticarem relações carnavais homossexuais, independentemente de sua idade (CARO, 2020, p. 209, tradução nossa).

O historiador Walter Bustamante expôs que a tendência médica daquele momento, na América Latina, entendia a homossexualidade como doença e, portanto, exonerava o indivíduo da ideia de prática de um delito, o que tornou criminalização na Colômbia algo particularmente incomum (CARO, 2020). “A construção das nações latino-americanas, nos moldes das mentalidades burguesas europeias, corresponde à interpelação de seus cidadãos como indivíduos ‘saudáveis’ e ‘trabalhadores’, em paralelo a ideia da desordem e do excesso, especialmente no campo da moralidade sexual, que entra no território da doença” (FIGARI, 2010, p. 226). Nas atas do comitê de redação desse mesmo código surgiram alusões diretas à homossexualidade, que subvertia as bases fundamentais da moral pública e social, referenciando-se também a necessidade de se reprimir tais atos, profundamente imorais, que pecavam contra a estética pessoal e menosprezava e ofendia a verdadeira virilidade que a legislação deveria exigir. Essa ideia de proteção moral da sociedade foi a base que justificou a luta contra a homossexualidade durante grande parte do século XX, que também atingiu os países latino-americanos. As autoridades usavam a censura, prisões arbitrárias e violência física como formas de se fazer cumprir a lei, o que forçosamente impunha às práticas homossexuais o secretismo e a clandestinidade (CARO, 2020).

Na Colômbia, assim como em outros países da América Latina, desde sempre, nos regimes democráticos, a política e com ela o conflito, não estavam isentos de serem resolvidas por meio da coerção e da violência física (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 474). Nas experiências democráticas analisadas por Ansaldi e Giordano (2012), a violência foi um recurso político vertebral e limitou imensamente a existência do dissenso. Nesse sentido, alguns grupos sociais, nesse caso, os homossexuais, experienciavam a violência de forma mais veemente, tanto dos instrumentos jurídicos e institucionais do Estado, como pelo tecido social, já que representavam um defeito civil em uma sociedade viciosamente intolerante à homossexualidade.

O movimento de Libertação Homossexual na Colômbia e a Ventana Gay como instrumento de reflexão acerca das sexualidades dissidentes

No que se refere a uma concepção direcionada à América Latina, divergindo de um discurso totalizador para definir Stonewall como um marco fundador, é fundamental considerar a presença da América Latina na conformação geopolítica internacional e as suas condicionantes. Em 1970, diferentes marchas foram organizadas nos Estados Unidos em comemoração aos motins de

Stonewall, essas ações não foram coordenadas por uma única organização, mas foram produto do planejamento local de várias comunidades, além de outros países europeus que também aderiram à tradição das comemorações nos anos seguintes (CARO, 2020). A ideia em torno da libertação gay foi inicialmente representada como um fenômeno exclusivo dos países industrializados ocidentais, pois supostamente seria "impossível de acontecer naqueles lugares regulados pela tradição e pelo rígido controle estatal" (ALTMAN, 1971, p. 155), contudo, frentes de libertação homossexual foram criadas na Argentina e no México em 1971, ao mesmo tempo em que a libertação gay foi tema de debates nos Estados Unidos, na Europa e Austrália (apud AMAYA, 2012).

A análise de um panorama latino-americano, aponta que mesmo com a criação de movimentos sob o nome de Frente de Libertação Homossexual na Argentina e no México (MOGROVEJO, 2000, p. 63, apud AMAYA, 2012), no Chile e também na Argentina, ocorreram duras campanhas de perseguição contra esses grupos, no primeiro caso, desde o governo Allende, sexualidades não hegemônicas, especialmente homossexuais e mulheres transsexuais, enfrentaram a retórica hipermasculina da Unidade Popular (CARO, 2018). Mais tarde, a chegada de Pinochet ao poder, em 1974, representou a continuidade de uma política em torno da masculinidade e a consequente marginalização dos homossexuais (*ibidem*). Na Argentina, da mesma forma, "a Frente de Libertação Homossexual recebeu com entusiasmo o retorno do peronismo ao poder, e em 1973, rapidamente se tornou alvo de críticas por parte das alas mais à direita desse setor, que tachava homossexuais de viciados em drogas, com objetivo de desprestigiar a esquerda peronista" (LA DEHESA, 2010 apud AMAYA, 2012, p. 30).

Contudo "as primeiras comemorações das manifestações de Stonewall na Colômbia foram organizadas pelo Movimento de Libertação Homossexual da Colômbia (MLHC) fundado em 1977 e que tinha como objetivo ser uma organização homossexual radical para atuar em diferentes cidades do país, com maior força e influência em Bogotá e Medellín" (CARO, 2020, p. 209). O surgimento do MLHC pode ser entendido no contexto de transformação política que a nova esquerda promoveu durante a década de 1970 momento em que a homossexualidade ainda era criminalizada no país. Na Colômbia, esta década representou uma intensificação das lutas sociais, especialmente a do setor estudantil e urbano, que demonstraram habilidade política de articulação e capacidade organizacional em torno de reivindicações políticas, que culminaram mais tarde, por exemplo, na greve cívica de 1977 e na luta armada com o surgimento da guerrilha urbana M-19 (*ibidem*, 2020).

A década de 80 representou a expansão das organizações de libertação gay em todo o Hemisfério Ocidental. Esses projetos retroalimentavam o MLHC, através dos próprios intelectuais do movimento, como Guy Hocquenghem⁵ da França ou Manuel Puig⁶ da Argentina, dando robustez à essa organização, considerada por grande parte da historiografia como uma das primeiras experiências organizativas gays na Colômbia. Em um ambiente ainda repressivo, o MLHC se definiu inicialmente como um espaço de organização dos homossexuais para a revolução sexual e social, e aos poucos abriu espaço para uma ampla margem política que tinha como eixo a ideia de libertação homossexual (*ibidem*, 2020). Nesse sentido, a análise de Caro destaca que, em sua trajetória organizacional, enquanto movimento essencialmente político, o MLHC pode ser identificado em três momentos distintos. O primeiro, mais radical e de esquerda, ligado a León Zuleta e as ideias da revolução social assinaladas na revista *El Otro*; um segundo momento, analisado neste artigo, entre 1980 e 1984, menos conflituosa, que defendeu a ideia de libertação como sinônimo de dignidade e girava em torno da revista *Ventana Gay*, de circulação nacional; e um terceiro momento entre 1985 e 1989, que enfrentou a epidemia de AIDS e a crescente ameaça de limpeza social, com foco na revista *De Ambiente*. A análise desse mesmo autor, destaca que esses três momentos, embora heterogêneos e com diferentes proposições, permaneceram, mesmo que de forma indireta, unidos sob a égide de libertação, a fim de se construir uma vida digna para aqueles que foram historicamente relegados à clandestinidade (*ibidem*, 2020).

Nesse cenário, de mobilizações políticas em torno da consolidação do Movimento de Libertação Homossexual na Colômbia, León Zuleta um dos principais mobilizadores dessa causa, ganha força nacionalmente, ao mesmo tempo que um grupo de jovens politicamente engajados manifestava interesse em seu projeto político, daí, nasce o primeiro Grupo de Estudos para a Libertação dos “Gueis”⁷ (GELG), a primeira organização interna ao MLHC. Este projeto, sediado em Bogotá e com participação majoritária de jovens homens cisgêneros ocupados com elementos iniciais de Zuleta e sob sua tutoria, iniciaram as atividades regulares de discussão sobre a natureza homossexual e em 1977, estabilizaram o projeto teórico de Zuleta, que permitiu-lhe promover uma nova etapa do MLHC: a criação da primeira publicação da organização, “*El Otro: Órgão de difusão do Movimento de Libertação Homossexual da Colômbia*” (CARO, 2020. Tradução nossa).

⁵ Em 1971 foi dirigente da Frente Homossexual de Ação Revolucionária (FHAR) francesa e tem uma vasta produção acerca da teoria *queer* e sobre sexualidades dissidentes.

⁶ Escritor Argentino que tem produções com teor homossexual (“*El beso de la mujer araña*”).

⁷ “Guei” é um termo utilizado como resistência às imposições linguísticas norte-americanas (ERAZO, 2009); Castelhanização da palavra “gay”.

A análise de José Fernando Serrano Amaya sobre o *El Otro*, é construída no sentido de traçar uma dissidência desse periódico frente ao modelo discursivo proposto pela política identitária do norte global, marcado por slogans como: “sair do armário”, “orgulho homossexual”, libertação de repressão e aceitação total na sociedade. Divergindo desse discurso, esse periódico centrava sua discussão nas pautas de mobilizações latino-americanas do início dos anos 70, que estabelecia conexões entre revolução política e libertação sexual, mas também não desconsiderava a influência das mobilizações homossexuais nos Estados Unidos e na Europa, o que indicava uma observância de Zuleta e seus colaboradores às discussões internacionais emergentes, sobre gênero e sexualidade (AMAYA, 2012).

O periódico *El Otro* apresentava críticas às relações da ideologia dominante, a família monogâmica e ao capitalismo: “há também uma certa consonância com os estágios iniciais da libertação gay, em que a opressão dos homossexuais era entendida como parte da manutenção de uma ordem social autoritária, frequentemente associada à opressão das mulheres” (CONNELL, 2005, p. 40 apud AMAYA, 2012, p. 32). Nessa revista, a ideia de libertação como revolução das estruturas, aparece associada ainda a pelo menos três ideias: a crítica às instituições que patologizavam a homossexualidade; a relação entre homossexuais e outros sujeitos oprimidos; o desafio à heterossexualidade e à masculinidade dominante. Assim, identidades, afirmações, organizações e demandas de reconhecimento aparecem no discurso como meios de transformação, pois contribuem mais para dignificar, do que como fins em si mesmos (AMAYA, 2012). Nesse sentido, embora parte da proposta do *El Otro* tenha permanecido preso à ideia de contradiálogo com o discurso clínico, a presença de um elemento libertário, utópico e anárquico permitiu-lhe abrir caminhos em novas buscas subjetivas e a construção de novas possibilidades de atuação e de representação política (AMAYA, 2012).

O último número do *El Otro* circulou até o fim de 1979, e, no ano seguinte, em agosto, introduzia-se a primeira edição da *Ventana Gay*, que se autodeterminou como uma “manifestação viva da afirmação da beleza de ser gay e a visão de sua própria realidade” (VENTANA GAY, 1980, p. 3, tradução nossa; apud AMAYA, 2012, p. 47). A *Ventana Gay* percorreu os caminhos já abertos pelo *El Otro*, àqueles concernentes ao rompimento do silêncio, conscientização, atuação ativa e o início do processo de libertação. O periódico propôs um diálogo mais profundo com os direitos humanos, já que postulava o “direito de sentir o amor ‘homófilo’ a seu gosto pessoal” e recordava também as diversas violências sofridas por esses grupos, no sentido de criticar a dominação

estrutural para a denúncia da discriminação cotidiana vivida pelos homossexuais, ressaltando também a pluralidade de existências dentro desse mesmo movimento (*ibidem*, 2012).

A comunicação de massa teve papel fundamental na disseminação de discursos sobre a sexualidade e na chamada “revolução sexual” (PRECIADO, 2011 apud BAUTISTA, 2019). Dessa forma, a análise de Nelly Andrea Guerrero Bautista, evidencia que, na modalidade do discurso, a *Ventana Gay* foi uma revista que marcou um momento de produção, de elevação do reconhecimento e de reivindicação de discursos sobre homossexualidades na Colômbia, “materializando de algum modo, uma história de movimentos e agrupações em busca de reconhecimento de direitos e liberdades” (BAUTISTA, 2019, p. 203).

Segundo José Fernando Serrano Amaya (2012), na *Ventana Gay*, confluíram diversas pessoas que responderam ao chamado do *El Otro*, quando este, anunciou a existência do Movimento de Libertação Homossexual na Colômbia, que incluiu diferentes aspectos das proposições de León Zuleta. O periódico representou, sobretudo um projeto-político diferente daquele proposto pelo *El Otro*, e buscava reorientar as lutas por libertação homossexual para uma lógica circunscrita a ideia de direitos humanos em sua dimensão jurídica, pautada em noções de orgulho e a afirmação e reafirmação de uma identidade fundamentalmente gay (AMAYA, 2012).

Para Amaya (2012), a *Ventana Gay* representou bem o trânsito da lógica contracultural e de libertação que marcaram a tendência global nas mobilizações *queer* a partir da década de 1980. Ainda assim, esse periódico não buscava posicionar-se como meio de comunicação alternativa à outras formas de comunicação hegemônicas, embora mantivesse discursos profundamente contra-hegemônicos. A *Ventana Gay* pode ser mais bem alocada no âmbito de uma comunicação de organização comunitária, e como aponta Jaramillo, com foco em grupos minoritários para dar conta de aspectos políticos e sociais (JARAMILLO, 2017 apud BAUTISTA, 2019). Como assinala Peruzzo (2009 apud BAUTISTA, 2019, p.183), a *Ventana Gay* não atende a nenhum interesse político, econômico ou comercial específico, somente àqueles que dizem respeito a uma esfera gay de existência, caracterizando-se mais como canal de expressão das demandas emergentes das desigualdades, principalmente àquelas relacionadas aos Direitos Humanos e a orientação sexual. Esse periódico se interessava, sobretudo, pela visibilização e construção de um “coletivo” de luta pelos Direitos Humanos e, motivaria assim, homossexuais a superar seus medos de exclusão e viver intensamente sua homossexualidade (BAUTISTA, 2019). A *Ventana Gay*, ou a “janela gay”, segundo Manuel Antonio Velandia Mora, um de seus editores, tinha esse nome por fazer menção à

ideia de uma janela para um novo mundo que se abria, o mundo de descobertas e do “ser” em sua plenitude (MORA, 2017).

No sentido material do periódico, a *Ventana Gay*, que circulou durante quatro anos, com 23 edições que variavam entre 21 e 39 páginas e uma periodicidade entre um mês e meio a dois meses, contava com dimensões de 115 mm x 215 mm e impressão em preto e branco, que demonstrava a clandestinidade da publicação, já que era fácil de guardar ou esconder, caso fosse identificada (Morales 2010, p. 93 apud BAUTISTA, 2019). A análise de Morales também é categórica ao sugerir um certo simbolismo intrínseco à essa produção, que através do desenho de imagens, capas e manchetes, codificavam certos enunciados, que possibilitava o leitor imaginar e ir além das páginas do conteúdo. Como menciona Bautista (2019), o caráter quase que secreto da revista, destaca que a palavra “Gay”, que compõe o nome da revista, aparecia na capa com um tamanho muito menor do que a palavra “Ventana”, e localizada embaixo dela, na parte direita, sugerindo que essa posição foi escolhida para que não fosse tão visível para evitar problemas a quem tivesse a publicação em mãos, já que nesse momento, a perseguição, principalmente policial, ainda era uma constante. Em geral, aparentemente, os editores não se preocuparam em seguir uma estrutura fixa das seções na revista, que variavam em conteúdo, estilo de apresentação, estilo da escrita e tamanho, contudo, a revista mantinha uma seção fixa: o Editorial. Essa subdivisão, funcionava como a abertura da revista, nela, os editores davam as boas vindas, e com um tipo de escrita mais informal, salientavam a importância de sair do armário, de reconhecer-se e mobilizar-se (*ibidem*, 2019). Nas imagens a seguir, é possível analisar as especificidades das capas das edições 1 e 4 da *Ventana Gay*:



Fonte: *Ventana Gay*. 1980: 1; 1981: 4 (em BAUTISTA, 2019, p. 209)

Ambigualmente, nessas relações de clandestinidade-visibilidade, a *Ventana Gay* era vendida em algumas livrarias localizadas no centro de Bogotá e Cali, em outras cidades como Medellín, não havia um distribuidor comercial local, portanto, tinha de ser impulsionada por iniciativas

individuais. De certo modo, isso reafirmou a Ventana Gay como uma publicação transgressora, própria de um grupo específico, que irromperam em espaços específicos e com objetivos particulares (*ibidem*, 2019).

Outra dimensão a ser analisada, que tangencia as diretrizes desse projeto editorial, refere-se às reflexões em torno de políticas orgânicas e teóricas, discussões sobre a cultura gay emergente, que se referem à festas, sexualidade, entretenimento e qualidade de vida (CARO, 2020), que dizem respeito também a proposições anteriores da GELG, já que este, evidenciava que as experiências mais cotidianas das sexualidades não hegemônicas, ações que não eram diretamente tidas como políticas, podiam ser entendidas como tal, já que iam contra um sistema hierárquico taxativo fixo, baseado em categorias sexuais, de raça e de gênero (CARO, 2018)

Uma das primeiras ferramentas a que o GELG se referiu para encontrar o valor da identidade gay, foi a produção acadêmica, dando continuidade à tradição da formação de grupos de trabalho. O GELG incentivou a discussão sobre o que estava sendo desenvolvido, não apenas a organização dos homossexuais, mas seu estudo sistemático e reflexão, influenciados, portanto, pela efervescência nos anos 80, de trabalhos nutridos a partir de perspectivas teóricas, especialmente estudos culturais sobre temas sociais (*ibidem*, 2018). Dessa maneira, fazia sentido portanto, que a revista assistisse a discussão sobre a descriminalização da homossexualidade em 1981, como elemento a promover o que seria a reforma do código penal da Colômbia (MORA, 2008). Passar a reconhecer a descriminalização como uma questão importante para o movimento e seu desenvolvimento, possibilitou ao MLHC discutir seriamente esse problema e suas consequências para o corpo social, dedicando inúmeras sessões de reuniões dos diferentes grupos para estudar minuciosamente as implicações dessas penalizações, bem como as suas perspectivas de ação jurídica (*ibidem*, 2018).

Enquanto as possibilidades de ação contra a descriminalização foram contempladas, outras formas de discriminação também foram discutidas e implementadas, sugerindo uma sofisticação do aparato repressivo. A lei veiculada através do Decreto-Lei 2.277 de 1979 (anexo A) que estabeleceu no Estatuto do Magistério "homossexualismo ou prática de aberrações sexuais" como má conduta profissional (CARO, 2018), é um exemplo dessa operação. No entanto, longe de desencorajar a mobilização dos homossexuais, as conquistas legais obtidas gradualmente, deram-lhes novas perspectivas para continuar a se organizar, consolidar conquistas e alcançar novas demandas, visando a minimização de discriminações e a incorporação do desejo homossexual ao sistema social, como variante legítima da sexualidade (*ibidem*, 2018).

Estabelecido um diálogo entre o processo de academização e a judicialização de discussões, resultantes da expansão de grupos de trabalho inclinados a refletir sobre a questão gay na Colômbia, a autora Nelly Andrea Guerrero Bautista (2019), critica justamente essa faceta do periódico *Ventana Gay*, que segundo ela, produzia uma cisão entre a *Ventana*, com seus autores, gays cultos, politicamente orientados e produzidos em identidades igualitárias e viris; e do outro lado, os leitores, os “maricas comuns”, arcaicos e racializados, sem acesso à educação. Fato que necessariamente reproduz uma hierarquia social baseada em questões raciais e de classe, criticada pelo próprio periódico. Postulação essa que diverge de uma fala de Manuel Antonio Velandia, um dos editores da revista *Ventana Gay*, que em uma entrevista⁸, aponta um esforço “político-intelectual” dos editores em escrever artigos sérios e profundos, embora preferissem e defendessem a ideia de elaborar textos menos densos, em consonância com o público alvo do periódico, que em sua grande maioria era composta por “maricas comuns”, “muitos dos quais nem sequer chegaram à faculdade e, portanto, deveríamos ser mais simples na linguagem” (GUERRERO, 2018, p. 3272 apud BAUTISTA, 2019).

Contudo, mesmo imerso nessa suposta contradição, “o GELG também se interessou em ampliar os contatos internacionais que o MLHC havia construído na década de 1970, a noção de solidariedade deu lugar à necessidade de um apoio eficaz no desenvolvimento do movimento” (CARO, 2018, p. 138). Buscando esse apoio, o GELG se deparou com o “International Gay Association” (IGA), que era um agrupamento de várias organizações homossexuais, que buscavam melhorar as condições das pessoas com orientações sexuais diversas no mundo todo. Essa associação, fundada em 1978, integrou em seus primórdios, grupos da Inglaterra, Austrália, Dinamarca, França, Irlanda do Norte, República da Irlanda, Itália, Holanda, Escócia e Estados Unidos (*ibidem*, 2018). Embora o IGA fosse politicamente ambíguo em várias questões, já que incorporava tanto os grupos de libertação homossexual como as organizações menos propensas a ação direta, foi reconhecido internacionalmente como o mais importante grupo em termos de direitos homossexuais, o que o tornou uma referência em termos de mobilização política (*ibidem*, 2018).

Dessa forma, entre 1980 e 1982 o MLHC participou como observadora do IGA. Este contato constante, aliado à mudança na estratégia de comunicação do MLHC, que naquele momento estava focado na construção da identidade gay, levou a *Ventana Gay* a ser premiada em

⁸ VELANDIA, Manuel Antonio. “Saltemos por la Ventana”; Surgimiento de la revista “Ventana Gay” desde el punto de vista de Manuel Antonio Velandia Mora, uno de sus fundadores. Entrevista concedida a Nelly Andrea Guerrero Bautista. **Revista Forum Linguístico**, Florianópolis, Vol. 15 No. 3 (2018), p.3273, outubro de 2018.

1982 como a melhor revista gay do mundo (CARO, 2018). Este reconhecimento pelo IGA, foi lido como um triunfo pelo MLHC, especialmente pelos editores da revista, já que o esforço para viabilizar a construção de uma identidade gay foi premiado com esta condecoração, que legitimou a política setorial promovida pelo núcleo de Bogotá desde 1980. O reconhecimento internacional do trabalho do MLHC, em especial do GELG, serviu também para tornar visíveis as mobilizações homossexuais na América Latina, região onde o IGA não teve muita presença ou interesse, culminando inclusive, em 1982, na criação de uma rede latino-americana de organizações homossexuais (*ibidem*, 2018).

Nesse sentido, como parte do plano de criar uma rede sul-americana de movimentos homossexuais, em 1982 o MLHC organizou um encontro em Bogotá, denominado de “Primeiro Encontro Latino-Americano de Organizações Homossexuais”, em que, além da presença internacional, reuniram-se pela primeira vez os núcleos do MLHC de Bogotá, Medellín, Cali, Bucaramanga e Branquilla (*ibidem*). O evento resultante desse encontro, foi uma mobilização que deu continuidade a uma tradição de comemorações de Stonewall. A chamada “Marcha pelo Dia Internacional da Homossexualidade” foi realizada no décimo terceiro aniversário dos distúrbios de Stonewall, e foi concebida como a primeira grande manifestação do MLHC na Colômbia, atestando um passo importante para o movimento e um grande desafio a nível organizacional (*ibidem*). O apelo à “internacionalidade” da data⁹, também procurou recorrer à naturalização da homossexualidade, entendida como fenômeno presente ao longo da história humana ao redor do mundo (*ibidem*), tendo a mobilização de 28 de junho, como representação de uma oportunidade para também demonstrar as diferentes intenções políticas do MLHC, e que por isso, incorporou também elementos tradicionais de ações políticas públicas, como faixas e bandeiras com postulações diretas e contundentes, pelas quais muitos observadores, que nada sabiam sobre o MLHC, poderiam descobrir as premissas da homossexualidade e do movimento no país (*ibidem*).

O propósito de ir a marcha era uma forma que se direcionava para um reconhecimento social dos homossexuais, não necessariamente centrado em um reconhecimento individual dos sujeitos e suas aspirações, portanto, expor-se publicamente na marcha era uma forma de desafiar os preconceitos em torno da aura de passividade e de doença que os homossexuais estavam imersos, construindo um arranjo baseado na unidade e coragem dos manifestantes, que estavam ali sujeitos a qualquer tipo de ataque em nome da causa homossexual (CARO, 2018).

⁹ Segundo Manuel Antonio Velandia Mora, um dos organizadores e participantes da marcha, havia cerca de trinta participantes de Bogotá, alguns vinham do “Greco” de Medellín, e alguns poucos visitantes internacionais (MORA, 2011, p.98).

Nesse momento, a Ventana Gay, exposta a diversas contradições ideológicas, diferenças criativas entre os membros tradicionais e um novo grupo que surgia na produção, associadas ainda a dificuldades econômicas, culminaram no fim da produção do periódico em 1984. O fim das atividades da Ventana Gay não significaram o fim do trânsito de informações e articulações políticas em prol da população gay da Colômbia. Mais tarde, nesse mesmo cenário, surgiu um novo grupo o: Colectivo Orgullo Gay (CORG) que aproveitou o desaparecimento da revista anterior e a emergente ânsia por um retorno a uma perspectiva mais combativa, criou uma nova publicação: a revista De Ambiente. O novo grupo, buscou retornar à perspectiva radical das ideias de Zuleta e canalizou a crescente visibilidade da homossexualidade no país para construção de um projeto que tinha como objetivo desestruturar as bases sociais intrínsecas à heterossexualidade. Contudo, esse projeto editorial, bem como as discussões dos movimentos identitários da época, podem ser lidos, assim como no Brasil, sob a aparição da epidemia de AIDS e de uma nova onda de silenciamento e higienização das homossexualidades na América Latina, como apontou Velandia (BAUTISTA, 2019).

Esta doença, inicialmente conhecida como “câncer gay”, espalhou-se por todo o continente, reivindicando a vida de muitas pessoas e gerou grande preocupação por parte dos homossexuais, que se depararam com um mal difícil de enfrentar. “Em 1984, com a desintegração do GELG, surgiu a primeira linha de atenção à AIDS no país, liderada por Manuel Velandia, que concentrou forças no combate ao novo inimigo, fundando assim, o Grupo de Apoio e Informação sobre AIDS (GAI) em 1985” (*ibidem*, p. 160). De mãos dadas com estas redes de apoio, o CORG decidiu utilizar o De Ambiente para reportar sobre o epidemia de AIDS, e foi assim que este periódico se tornou um veículo de divulgação de informações sobre a crescente epidemia. Além de informar, o CORG procurou desmistificar e sensibilizar a população, isso incluiu falar abertamente sobre a homossexualidade, que antes era considerada um fator de vulnerabilidade à doença, e atuar também na conscientização da população colombiana sobre práticas sexuais seguras (*ibidem*, 2020).

O discurso identitário e as homossexualidades

A partir dessas perspectivas, o movimento homossexual, no ímpeto de construir uma identidade essencialmente social e política, aborda problemas a serem considerados na agenda política dos Estados. O deslocamento da significância do termo “homossexual”, antes uma categoria médica, que deu lugar a uma categoria de reconhecimento político, converteu-se em um um ponto

de partida para a construção das diferentes identidades homossexuais orgulhosas de sua natureza (FIGARI, 2010). Ao mesmo tempo que os coletivos “homossexuais” se constituíam, eles definiam também, uma identidade para se tornar visíveis à sociedade, o que pressupunha um certo grau de complexidade, discussão e de articulação conjunta (FIGARI, 2010).

A formação de grupos de pesquisa, debate, produção, bem como o desenvolvimento de periódicos voltados às discussões da homossexualidade na Colômbia e seu subsequente estabelecimento, foram evidências públicas da existência de uma comunidade homossexual consolidada, que era anteriormente limitada à determinados espaços, mas que com a convergência de aspirações políticas, tornaram-se um movimento coeso e com projeções internacionais (MORA, 2011). A consolidação de uma identidade sexual empoderadora, anteriormente colocada no espaço da clandestinidade, relegada aos chamados “Guetos Gay”, tornou-se uma das propostas mais atraentes para o público que consumia tanto o *El Otro* como a *Ventana Gay* (*ibidem*, 2018). O conteúdo divulgado pela *Ventana*, por exemplo, dividiu-se em discussões essencialmente políticas, com reflexões sobre uma vida digna baseada em uma organização política e também em reportagens sobre o cotidiano, vinculadas ao bem estar físico e mental desses grupos (*ibidem*, 2018). Essas postulações, nas palavras de Felipe Cesar Camilo Caro, representaram uma mudança estratégica no projeto editorial do MLHC que acabou por ser bastante importante em sua consolidação identitária enquanto periódico, e para esse autor:

Esta mudança estratégica no projeto editorial do MLHC revelou-se bastante importante. O que diferenciou essa nova revista do projeto “El Otro”, e dessa nova etapa de construção identitária, foi que sua mensagem não se baseava exclusivamente na crítica, no golpe, no aprofundamento da crise, mas também apresentava as possibilidades que existiam em que lutam pela transformação social. O GELG se esforçou para que o *Ventana Gay* mostrasse que a vida gay não era uma meta a ser alcançada ou uma conquista de longo prazo, mas que era um fenômeno do agora, que se conquistava a cada dia e que já estava dando frutos. (CARO, 2018, p. 124, tradução nossa).

Nesse sentido, segundo a análise de Amaya, trabalho intelectual, liderança e comprometimento foram os eixos sob os quais essa nova geração de ativistas formou suas identidades. Por outro lado, fruto de uma mudança geracional vivida pela esquerda latino-americana na década de 1970, a entrada de um número significativo de estudantes e jovens, implicou a presença de questões culturais, do corpo, da sexualidade e do cotidiano em suas discussões (LA DEHESA, 2010 apud AMAYA, 2012).

O debate em torno das identidades, tanto no sentido de construir redes, em ações coletivas ou a partir de reflexões teóricas, era estruturado no sentido de fixar a ideia de uma identidade única. A homossexualidade, enquanto categoria médico-legal, era explicada por posições essencialistas,

que postulavam a existência de uma forma única de ser (FIGARI, 2010). Esses elementos possibilitaram a crescente fragmentação identitária nos mais diversos “estilos de vida”, ou seja, o surgimento de novas experiências e identidades homoeróticas atreladas à espaços de sociabilidade, sem necessariamente serem reivindicações ou demandas políticas (*ibidem*, 2010).

No sentido de ampliar o entendimento acerca das diferentes identidades homossexuais, cabe destacar também o constante e vivencial diálogo de León Zuleta com o feminismo. A influência deste movimento nas postulações de Zuleta são constantes, concepções que tangem a importância do corpo nas reivindicações sociais e as opressões do capitalismo nas identidades e nos desejos, são convergências existentes entre os dois movimentos e que se constituem como lugar comum na luta contra as desigualdades que os conectam (AMAYA, 2012). O modelo heterossexual hegemônico reproduz, ao mesmo tempo que sustenta, discursos que tem o sexismo, a misoginia e a homofobia como bases. De todas as sexualidades não-ortodoxas, a homossexualidade masculina é a que mais questiona o rol social do homem, e tem como consequência, um processo histórico que atribui ao homossexual caracteres e atributos sociais próprios da mulher. E é nesse sentido que a ideia de “gueto gay” torna-se quase que inevitável, já que constitui-se como dispositivo de proteção e manutenção das sociabilidades dissidentes (GUASCH, 2007).

A formação de uma identidade, com base na ótica de Guasch (2007), acontece a partir da radicalização de características próprias de um grupo social, e contrai-se, sobre ela, o conjunto da identidade social desse grupo, portanto, trata-se de um processo simplificador e reducionista. A crítica desse mesmo autor é construída no sentido de tratar a identidade como elemento condicionante do “ser”, já que pode ser entendida como um fiel reflexo do pensamento ocidental, um pensamento organizado em torno do ser e de categorias fixas de entendimento, que segundo ele, faz com que uma pessoa seja produto de várias identidades parciais, quase que como um esforço taxonômico de categorização (*ibidem*, 2007). Nesse sentido, ao mesmo tempo que existe um esforço de classificação dos indivíduos, há também um processo que se desenvolve paralelamente: as noções de pertencimento e de comunidade. Para além de um discurso essencialmente reducionista, o sentimento de reconhecimento em um grupo é, por si só, parte do processo de autoaceitação e autocompreensão do “ser”.

É a partir dessa dinâmica fantasiosa que se instaura a determinação de uma “identidade homossexual” como “[...] um acidente sistemático produzido pela maquinaria (ou mito) heterossexual, e estigmatizada como antinatural, anormal, e abjeta em benefício da estabilidade das práticas de produção do considerado natural” (PRECIADO, 2014, p. 30 apud BAUTISTA, 2019).

Uma abordagem político-sexual identitária fez com que a mobilização das resistências contra um discurso hegemônico se viabilizasse, mas que essas, ainda assim, seriam atravessadas pelas relações de poder e pelas hierarquias sexuais (PRADO, 2012 apud BAUTISTA, 2019). A emergência do *queer*, embora sob muitas críticas, apropriações e discussões, permitiu o agrupamento de identidades periféricas, particularmente àquelas relacionadas à sexualidade. Essa ideia pode ser lida, na prática, como a constituição de movimentos sociais e a consequente mobilização política como marco teórico para se repensar o sujeito e a corporalidade (BAUTISTA, 2019).

Conclusão

Os movimentos latino-americanos de libertação gay não seguem a agenda de mobilizações dos Estados Unidos e da Europa, o esforço proposto nesse projeto é justamente o de evidenciar as vicissitudes do associativismo colombiano em razão da causa homossexual. As transformações jurídicas e a expansão do pensamento gay marcaram a atividade de diferentes grupos engajados nessas mesmas reivindicações, que viabilizaram uma (re)existência digna para os homossexuais da Colômbia.

A *Ventana Gay*, como um dispositivo discursivo insubordinado às narrativas hegemônicas, se coloca como colaborador das identidades marginais, em contraposição às noções binárias incisivas e valores moralizantes que atravessam as instâncias políticas e sociais da Colômbia. Esse periódico, fruto do Movimento de Libertação Gay na Colômbia, para além de sua dimensão narrativa, que expande a ideia de sexualidade, ainda teve papel basilar nas proposições que intensificaram as discussões do corpo como objeto do saber e como dispositivo fundamental nas relações de poder. As dimensões concernentes aos direitos humanos e a reafirmação de identidades homossexuais foram questões centrais nas discussões desse periódico, divergindo de uma lógica fundamentalmente patológica, dedicando-se coletivamente à normalização da homossexualidade e dos temas que diziam respeito ao bem estar social desses grupos.

Considerar a heterossexualidade não apenas em seu sentido romântico, mas como instrumento de poder das instâncias hegemônicas, é medular na compreensão do processo de exclusão das sexualidades dissidentes no ocidente global e como as identidades de gênero se engendraram ao imaginário social colombiano, traspassado por convicções cristãs. O Movimento de Libertação da Colômbia, para além de sua dimensão questionadora da realidade social desse grupo, opera na fabricação de uma identidade politicamente orientada e profundamente inconforme com a

conjuntura excludente de expressões dissidentes, soerguida por elementos coercitivos voltados à população gay da Colômbia.

REFERÊNCIAS

AMAYA, José Fernando Serrano. El olvido recobrado: sexualidad y políticas radicales en el movimiento de liberación homosexual en Colombia. *CS*, Cali, n. 10, p. 19-54, 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-03242012000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.18046/recs.i10.1354>.

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. **América Latina**: la construcción del orden. Tomo I. Buenos Aires: Ariel, 2012.

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. Las democracias fictas con seguridad y desarrollo: México, Colombia y Venezuela. *In*: ANSALDI, W.; GIORDANO, V. **América Latina. La construcción del orden**: de las sociedades de masas a la sociedades en procesos de reestructuración. Buenos Aires: Ariel, 2012. p. 473-474. ISBN: 978-987-1496-29-7.

CARO ROMERO, Felipe Cesar Camilo. "Ni enfermos, ni criminales, simplemente homosexuales". Las primeras conmemoraciones de los disturbios de Stonewall en Colombia, 1978-1982. *Anu. colomb. hist. soc. cult.*, Bogotá, v. 47, n. 1, p. 201-229, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-24562020000100201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.15446/achsc.v47n1.83150>.

CARO ROMERO, Felipe César Camilo. Más allá de Stonewall: el Movimiento de Liberación Homosexual de Colombia y las redes de activismo internacional, 1976-1989. *Hist.crit.*, Bogotá, n. 75, p. 93-114, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-16172020000100093&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7440/histcrit75.2020.05>.

CARO ROMERO, Felipe Cesar Camilo; SIMONETTO, Patricio. **Sexualidades radicales: los Movimientos de Liberación Homosexual en América Latina (1967-1989)**. Izquierdas (Santiago), Santiago, n. 46, p. 65-85, mayo 2019. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50492019000200065&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 27 jan. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-50492019000200065>.

FIGARI, Carlos. El movimiento LGBT en América Latina: institucionalizaciones oblicuas. *In*: MASSETTI, Astor; VILLANUEVA, Ernesto; GÓMEZ, Marcelo. (Orgs.). **Movilizaciones, protestas e identidades colectivas en la Argentina del bicentenario**. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2010. p. 225-240.

GREEN, James Naylor. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 10, n. 18-19, 2003, p. 17-39.

GUASCH, Óscar. **A crise da Heterossexualidade**. 2. ed. Capellades (Barcelona): Laertes, 2007. p. 151. ISBN: 978-84-7584-577-7.

LUIS, Jorge. Homosexualidades mediáticas: la emergencia de las “otras” sexualidades en los discursos periodísticos en Colombia. **Univalle.edu.co**, Cali, 2013. Disponible em: <<https://bibliotecadigital.univalle.edu.co/handle/10893/6035>>. Acceso em: 27 jan. 2023.

ROTH, Andre-Noel. **Discurso sin compromiso. La política pública de derechos humanos en Colombia**. Bogotá, Colombia: Ediciones Aurora, 2006. Disponible em: <https://www.researchgate.net/publication/294583522_Discurso_sin_compromiso_La_politica_publica_de_derechos_humanos_en_Colombia_Parte_I>. Acceso em: 27 jan. 2023.

VELANDIA, Manuel Antonio. “Saltemos por la Ventana”; Surgimiento de la revista “Ventana Gay” desde el punto de vista de Manuel Antonio Velandia Mora, uno de sus fundadores. Entrevista concedida a Nelly Andrea Guerrero Bautista. **Revista Forum Linguístico**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 3273, 2018.

VELANDIA, Manuel. **De homosexual a marica sujeto de derechos**. Arqueología al interior de mí mismo. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2008.

ANEXO A - DECRETO 2.277 DE 1979

(de Setembro 14)

:Decreto

Capítulo I

Definição de conteúdo e aplicação

Artigo 1. DEFINIÇÃO. O presente decreto estabelece o regime especial para regular a promoção e aposentadoria das pessoas ,estabilidade ,exercício ,condições de ingresso que exercer a profissão docente nos diferentes níveis e modalidades que compõem o que será regido por ,exceto para o nível superior ,sistema educacional nacional .regulamentos.

Seção 4**Má conduta ou ineficiência profissional**

Artigo 46. Causas de má conduta. Os seguintes fatos devidamente comprovados constituem causas .de má conduta

- a) A assiduidade regular no local de trabalho em estado de embriaguez ou toxicod dependência;
- b) O homossexualismo ou a prática de aberrações sexuais;
- c) Desvio de fundos e bens escolares ou cooperativos;
- d) O tráfico de qualificações, certificados de estudos, certificados de trabalho ou documentos públicos;
- e) A aplicação de castigos físicos aos alunos;
- f) O não cumprimento sistemático dos deveres e a violação reiterada das proibições;
- g) Ser condenado por crime ou crimes dolosos
- h) A utilização de documentos ou informações falsas para inscrição ou promoção nos licenças ou comissões ,transferências ,obter nomeações ou ,escalões
- i) Abandono do cargo
- j) A utilização da cátedra para proselitismo político (tradução nossa).

Fonte: Estatuto docente de 1979 do Ministério de Educação da Colômbia; Disponível em: [//:https pdf.archivo_103879-articles/1621/co.gov.mineduacion.www](https://pdf.archivo_103879-articles/1621/co.gov.mineduacion.www); acessado em: 7 de fevereiro de 2023.